

O "CÉREBRO DAS OPERAÇÕES" TERRORISTAS DE FATO E DE FICÇÃO ¹

Sonia Torres
(UFF)

TERRORISMO E SUAS (IN)DEFINIÇÕES

Herói para uns, inimigo dos poderes estabelecidos, ou, ainda, um caso patológico para outros, o fato é que, na narrativa social contemporânea, o terrorista – esse ator com o poder da ubiquidade, cujos atos de violência são aparentemente erráticos e, para muitos, sem significado – já se tornou um elemento recorrente no imaginário coletivo, principalmente através da mídia em geral. Testemunhamos, hoje, uma verdadeira avalanche de imagens do terrorismo político “privado”, de teorias de conspiração, atuações de vigilantes, ciber-terrorismo... Qual a razão dessa visibilidade exacerbada? Uma das razões é a tecnologia moderna: o seqüestro de um avião, com 150 reféns, por exemplo, em si já garante a presença maciça de todas as rádios e televisões. Todos estarão a postos, para ouvir a reivindicação do(s) terrorista(s). Atualmente, existem armas cada vez mais sofisticadas, com as quais se pode atirar a quilômetros de distância do alvo. Agora, no novo milênio, para completar este quadro, testemunhamos o terrorismo político conjugado a elementos religiosos. Juntando-se o instrumento de coerção e o instrumento de comunicação, está configurada uma nova forma de se fazer política; ou simplesmente de se espalhar pavor e paranóia.

¹ Este ensaio integra um projeto de pesquisa interdisciplinar mais amplo, iniciado no primeiro semestre de 2001 e intitulado “Tramando Terror: Literatura, Cultura e Conflito Político”. O projeto faz parte, ainda, de uma pesquisa interinstitucional sendo desenvolvida em conjunto com Greg Mullins (Evergreen College) e Paul Amar (NYU).

O terrorismo não é novidade histórica. Então, quais seriam as mudanças que podem ser apontadas, entre as diversas formas de se conceber o termo, no último quarto de século?

Quando comecei a elaborar o projeto sobre literatura, cultura e conflito político, meu primeiro passo foi pinçar algumas definições para terror/terrorismo fornecidas por dicionários, assim como as mais recorrentes nos trabalhos de especialistas no assunto. Entre as definições mais conhecidas, destaco:

Terrorismo: Sistema de governar pelo terror, ou por meio de revoluções violentas. (*Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*. Org. Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969)

Terrorismo: 1. modo de coagir, ameaçar ou influenciar outras pessoas, ou de impor-lhes a vontade pelo uso sistemático do terror; 2. forma de ação política que combate o poder estabelecido mediante o emprego da violência. (*Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1990-1996)

Terrorism: 1. the act of terrorizing; use of force or threat to demoralize, intimidate, and subjugate, esp. such use as a political weapon or policy; 2. the demoralization and intimidation produced in this way. Syn. disorder; lawlessness; murder; nihilism. (*Webster's New World Dictionary & Thesaurus*. Accent Software International/McMillan Publishers, versão 1.0, 1997)

The unlawful use of force or violence against persons or property to intimidate or coerce a government, the civilian population, or any segment thereof, in furtherance of political or social objectives. (FBI, apud WHITTAKER, 2001, p. 3)

Premeditated, politically motivated violence perpetuated against noncombatant targets by subnational groups or clandestine agents, usually intended to influence an audience. (Dept. de Estado dos EUA, apud WHITTAKER, 2001, p. 3)

Terrorism is a symbolic act designed to influence political behavior by extranormal means, entailing the use or threat of violence. (THORNTON, 1964, p. 73)

Terrorism, in the most widely accepted contemporary usage of the term, is fundamentally and inherently political. It is also ineluctably about power: the pursuit of power, the acquisition of power, and the use of power to achieve political change. (HOFFMAN, 1998, p. 13)

Nenhuma dessas definições consegue, na verdade, dar conta de todas as variedades de terrorismo ao longo da história. Encontramos, por um lado um consenso; i.e., o termo "terrorismo" é equacionado à ameaça e ao emprego da violência para subjugar ou impor uma vontade, geralmente um objetivo político. Ao mesmo tempo, vemos que, se compararmos os dois verbetes do *Dicionário Aurélio* – um dos anos 70 e outro dos anos 90 – a primeira definição diz respeito a uma forma de governo, enquanto que a segunda sublinha a ação terrorista como instrumento político de combate ao poder estabelecido. Ou seja, a primeira enfatiza o Estado; a segunda, o cidadão. Já no verbete do *Webster*, terrorismo é sinônimo de ilegalidade, desordem e nihilismo, sem, contudo, fazer menção a "poderes estabelecidos".

TERRORISMO E A IDEOLOGIA DA COMPETÊNCIA

A noção de terrorismo pode ser vista como um produto socialmente concebido – como imagem política e representação psicológica. Assim, é necessário que se examinem os processos através dos quais determinada sociedade forma tal imagem. Inúmeros estudiosos do assunto têm investigado as razões que levam líderes governamentais ou a mídia a empregarem o termo, em lugar de outros.

Na verdade, a palavra "terror", e seus derivados, "terrorismo" e "terrorista" servem para definir conceitos altamente com-

plexos. O binarismo terror x razão (ou Iluminismo) tem suas origens no evento histórico paradigmático que liga, ao mesmo tempo opondo, os dois termos: o Reinado de Terror francês, sustentado pela força e crueldade, em que os ideais iluministas da revolução de 1789 pareciam ter sido vencidos (cf. primeira definição do Aurélio, acima).

Se formos tentar adaptar uma fórmula binária para o contexto do século 20, podemos articulá-la em torno da oposição entre a ideologia de democracia liberal – uma ideologia de “liberdade”, representada no mundo ocidental, durante a época da Guerra Fria –, e comunismo. Com o desmantelamento da União Soviética, em 1991, a oposição passou a ser representada pelo binarismo democracia x terrorismo, passando a figura do terrorista a ocupar o posto de “inimigo público número um”, sobretudo no discurso público estadunidense.

Dentro do que foi argumentado acima, parece claro que os termos “terrorismo/terrorista” assinalam um consenso ideológico, pelo menos no que diz respeito à política interna e externa estadunidense. Mas se é fato que, a partir dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, esse consenso ideológico exacerbou-se, também convém lembrarmos os comentários de Noam Chomsky, que volta a questionar justamente o conceito de terrorismo, a partir desse evento, levando-nos, de forma tautológica, à pergunta inicial; i.e. “o que é terrorismo?”:

Starting with the common assumption that what happened on 11 September is a historic event – one which will change history – the question we should be asking is exactly why is this so? Another question has to do with the “War Against Terrorism”. Exactly what is it? And there is a related question, namely, what is terrorism? (CHOMSKY, N., 2001)

Se o terrorismo não é novo, por quê o ataque de 11 de setembro mudou a face da história? Provavelmente, porque estamos falando de *uma das faces* da história; ou seja, da perspectiva do mundo ocidental e, sobretudo, da nação hegemônica. Sim, porque, se há uma mudança paradigmática a ser assinalada, seria o

fato de que, em 11 de setembro, houve uma *mudança de alvo*. E isto é radicalmente novo, como nos adverte Chomsky:

11 September was a historic event because there was a change. The change was the direction in which the guns were pointed. That is new. Radically new. (CHOMSKY, N., 2001)

No entanto – apesar de sabermos a quem ele se destinava – o ataque ao World Trade Center foi imediatamente identificado como um ato de terrorismo internacional. Isso se explica porque o fim da Guerra Fria consolida não somente a hegemonia dos EUA como também a crença generalizada de que qualquer oposição ao controle exercido por aquela nação norte-americana, por parte de outras nações, é terrorismo – “terrorismo de estado” (leia-se Irã) ou “estados terroristas” (leia-se Líbia, Iraque, Afeganistão). Para completar o quadro do 11 de setembro, os termos “terrorismo/terrorista” passaram a ser intimamente ligados ao islamismo, que passa a ser visto de forma homogênea e equacionado, por sua vez, à barbárie. Segundo essa lógica, quaisquer injustiças que possam existir no sistema democrático liberal, ou na relação entre as democracias liberais e o restante do mundo, são vistas como avanço, já que os modelos alternativos não são vistos como tal, e sim como “atraso”.

No entanto, não tão paradoxalmente quanto possa parecer aos incautos, durante a Guerra Fria os EUA patrocinaram regimes terroristas, um após o outro. E que, assim como outrora Batista, Somoza, todo tipo de ditador, foi amigo dos EUA, terroristas como o atualmente jurado de morte Usama Bin Laden também mantiveram boas relações com aquela nação, na época em que interessava à estratégia estadunidense aliar-se ao Afeganistão contra a União Soviética. E não podemos esquecer que a campanha atual contra o terrorismo está sendo impetrada pelas mesmas figuras oficiais norte-americanas que, em meados dos anos 80, foram responsáveis pelas campanhas terroristas contra a esquerda na América Latina e no Oriente Médio (cf. SIVARAMAN, S., 2002). De forma que, a meu ver, a pergunta que deve ser levanta-

da é até que ponto devemos assumir que o terrorismo existe em descontinuidade com a violência política de um modo geral. O que torna pertinente assinalar aqui as considerações de Marilena Chauí (2002), que, lembrando a observação de Walter Benjamin de que não existem movimentos de cultura sem o elemento da barbárie,² aponta para a ideologia de “adaptação ou exclusão” como definidora de “barbárie” em termos daquele/s que rejeita/m o modelo político liberal – que é o modelo triunfante, neste início de milênio. Já na década de 80, em sua crítica radical da “cultura do terrorismo”, Chomsky chamava a atenção para a responsabilidade dos EUA pela revanche internacional de países da periferia, insatisfeitos com sua política externa. O autor documenta o papel dos EUA nos regimes de repressão política da América Latina, África e Ásia, fornecendo evidências que comprovam as atividades terroristas clandestinas e o terrorismo de estado norte-americanos pelo mundo afora.³

Independentemente de posições políticas, de opiniões sobre os diversos conflitos em anos recentes, ou do evento de 11 de setembro, que “mudou a história do mundo”, parece-me de maior rendimento para o presente trabalho tentar compreender a denominação “terrorista” e seu emprego dentro dos movimentos culturais, de acordo com diferentes períodos históricos e com os países envolvidos (sejam eles aliados ou adversários). O termo tem sido empregado de forma tão flexível que, como nos lembram Joseba Zulaika e William Douglass (1996), Menacem Begin, Yasir Arafat e Nelson Mandela, outrora rotulados terroristas, tiveram seu *status* de estadistas recuperado e ganharam o prêmio Nobel.

Sem sombra de dúvida, o herói de uns é o inimigo ou algoz de outros. A própria palavra “comunismo”, para minha geração, evoca memórias de lutas por liberdade e justiça na Améri-

² Chauí nos lembra que Benjamin recusa a dicotomia, já que bárbaro não seria o Outro, posto que a barbárie está *dentro* da civilização; é o avesso e o pressuposto dela.

³ Remeto o leitor para as obras de Noam Chomsky *Pirates and Emperors: International Terrorism in the Real World* (Brattleboro, VT: Amana Books, 1986) e *The Culture of Terrorism* (Boston: South End Press, 1988).

ca Latina, demonstrando que a oposição liberdade x comunismo ou socialismo dependia da situação política que se vivia na época. Da mesma forma, durante o governo militar no Brasil, nossos “terroristas” não eram Marighela ou os seqüestradores do embaixador dos EUA, e sim os torturadores dos porões da ditadura – e, sintomaticamente, o primeiro verbete do *Aurélio* para terrorismo, apontado acima, coincide com essa época. Na situação política em que se vivia, terroristas eram aqueles que rejeitavam o modelo político vigente, reforçando as reflexões acima sobre a ideologia de adaptação ou exclusão (e punição).

Sendo assim, a falta de precisão na terminologia, sobretudo, mas não exclusivamente, por parte da mídia, deve-se, em grande parte, ao fato de tratar-se de um termo guarda-chuva para grupos nacionalistas e facções revolucionárias, servindo, ao mesmo tempo, para descrever atos que vão desde o seqüestro de aviões com tomada de reféns à destruição de patrimônio público. Não é infrequente o uso indiferenciado de termos como terrorista, guerrilheiro, grupo paramilitar, terrorista urbano, pilhador – muitas vezes com resultados que beiram o cômico. Os próprios especialistas discordam entre si. Para citar um exemplo bem doméstico: para Walter Laqueur – um dos mais prolíferos e tradicionais estudiosos do assunto – Carlos Marighela seria o “pai do terrorismo moderno”, visto que as estratégias de guerrilha urbana da América Latina (sobretudo o *Minimanual do Guerrilheiro Urbano*) teriam servido de inspiração para inúmeras organizações terroristas espalhados pelo mundo inteiro. Ele sustenta sua argumentação alegando que o próprio Marighela aceitava o rótulo de terrorista. Vale assinalar que Laqueur (1987)⁴ faz a distinção entre guerrilha rural e urbana: a essência das estratégias guerrilheiras é estabelecer unidades militares em áreas rurais liberadas, que, ao ganharem força, número de combatentes e armamentos, evoluiriam até formar esquadrões, companhias e regimentos, e tornarem-se divisões e exércitos; ao passo que a guerrilha urbana tem como base de operação as cidades, onde as células operam clandestinamente, sob o risco de serem descobertas (ou, na linguagem da época aqui

⁴ Ver tb. Walter Laqueur, *The New Terrorism*, Oxford: Oxford U P, 1999.

no Brasil: de o “aparelho ser estourado”). Laqueur faz ainda uma ressalva: que, apesar de a guerrilha ter adquirido, com o passar dos anos, uma imagem positiva, com um certo *glamour*, o mesmo não acontece com o terrorismo. Martha Crenshaw discorda, contudo:

Terrorism projects images, communicates messages, and creates myths that transcend historical circumstances and motivate future generations. These myths may of course be deceptive or contradictory.[...] It is easy for terrorism to be the cutting edge of a movement and to define an ideology. Undeniably it possesses an aura of perversely tragic glamour. (CRENSHAW, 1995, p. 12)

Curiosamente, a flexibilidade e ambigüidade no emprego do termo assemelha-se bastante ao rótulo “anarquista”, no século 19: o anarquismo era pouco compreendido pela opinião pública da Europa ocidental da época. Os jornais anunciavam a existência de uma sociedade de homens impiedosos, cujo objetivo primordial seria o assassinato de monarcas e a deposição de governos. Sobre a origem de tais homens havia apenas especulação. Seriam socialistas ou nihilistas? Idealistas mal-orientados, criminosos ou loucos? As mesmas perguntas podem ser feitas, substituindo-se a palavra anarquista por terrorista, na contemporaneidade.

O TEXTO TERRORISTA

Para Lyotard (1981), o terror também precisa ser contextualizado no que ele chama de “regime dos sintagmas” e não apenas, ou primariamente, nos discursos totalizantes da emancipação ou progresso humano (LYOTARD, 1981; 1989, pp. 314-323). Poderíamos perguntar: A quem se dirigem os discursos *sobre e do* terror? Quem está excluído deles? De que formas os discursos totalizantes da racionalidade humanista respondem ou elidem estas perguntas?

Dowling (1989) argumenta que o terrorismo tem, de fato, um propósito retórico fundamental, como qualquer outra forma de comunicação humana que consista da manipulação de símbolos. A comunicação, observa ele, é a maneira de o sujeito “encontrar seu lugar no mundo”, de construir um processo de identificação com determinado grupo como sendo distinto dos demais. Sabemos que “identidade” é uma palavra-chave nas políticas contemporâneas. Em termos políticos, as identidades encontram-se em crise porque as estruturas tradicionais de filiação e pertencimento inscritas nas relações partidárias, de classe e do estado-nação estão sendo questionadas. E, afinal, se, como postula Chauí (2002), “inimigo” é aquele que põe em perigo a identidade de outro, esta é uma via de mão-dupla. Neste sentido, os atos terroristas (como grande parte dos textos pós-modernos) seriam auto-referentes. Na visão de Dowling (1989), “[a]s matanças aparentemente sem sentido por parte de terroristas têm a mesma função para a sociedade terrorista que as guerras e punição de criminosos e dissidentes têm para a sociedade estabelecida” (p. 51); qual seja, assegurar seus membros de quem eles são (ou seja, diferentes *deles*). Farnen (1990) também acredita que o terrorismo é uma forma de expressão, um texto sobre o qual todos os lados envolvidos buscam ter o controle.

Creio serem essas considerações bastante valiosas para auxiliar na reflexão sobre as relações de poder implícitas no binômio “nós/eles”; sobretudo por nossa condição de país periférico. Afinal, esse binômio encontra-se ancorado ao eurocentrismo, que divide o mundo em Ocidente e o Resto (*West and the Rest*) – e entenda-se por Ocidente os países do centro. O eurocentrismo, como escreveu Robert Stamm, organiza a linguagem cotidiana em hierarquias oposicionais: nossas nações/suas tribos; nossa cultura/seu folclore; nossas religiões/suas superstições; nossa defesa/seu terrorismo (STAMM, 1994, p. 297).

ESCRITORES E TERRORISTAS: OUTRO, OU DUPLO?

As considerações que teci até aqui têm me inspirado a investigar textos literários, tanto de centro quanto de periferia, em que figurasse o terrorista, buscando desentranhar o texto “terrorista” do texto “do autor”, com o intuito de analisar os diferentes discursos pessoais, nacionais e internacionais que possam vir à tona nesse processo. Para ficar dentro do recorte do trabalho que venho desenvolvendo – de mapear a figura do terrorista em obras contemporâneas, buscando traduzir as diferentes ideologias e narrativas nacionais nelas imbricadas – é necessário estabelecer o fato de ter sido em meados dos anos 60 que o terrorismo urbano se solidificou, segundo Laqueur (1987); sobretudo como resultado do fracasso das guerrilhas rurais na América Latina, mas também após a emergência (ou, em alguns casos, reativação) de grupos terroristas na Europa, América do Norte e Japão (LAQUEUR, 1987, p. 23). Foi, portanto, há cerca de quatro décadas que o terrorismo urbano começou a atrair a atenção geral.

Na mesma época, começaram a surgir imagens de terroristas em obras literárias e cinematográficas. Isso não equivale a dizer que o terrorista (sob o rótulo um tanto vago de “anarquista”)⁵, já no século 19, não cativasse a imaginação de escritores como Henry James e Joseph Conrad – cujo professor anarquista, em *The Secret Agent*, nunca sai de casa sem carregar uma bomba no bolso do paletó, para, na eventualidade de ser preso, explodi-la, matando aos policiais e a si mesmo, lembrando os homens-bomba da atualidade; e G.K Chesterton, cujo protagonista escritor em *The Man who was Thursday* envolve-se com um grupo anarquista composto por agentes policiais que espionam uns aos outros durante todo o tempo; e Robert Louis Stevenson, cujo herói, Zero, de *The Dynamiters* deseja jogar uma bomba na estátua de Shakespeare, no Leicester Square, em Londres, mas acaba bom-

⁵ Cf. meus comentários, acima, sobre o emprego do termo “anarquista” no século 19. Nas próprias obras assinaladas aqui, tudo indica que os próprios escritores não tinham, tampouco, uma definição muito clara em mente.

bardeando a casa de uma inofensiva senhora inglesa, acreditando que seu ato irá sacudir a velha Inglaterra até seus alicerces.

No *corpus* de obras literárias (que inclui roteiros cinematográficos) selecionados para investigar, o terrorista faz aparições as mais diferentes. E aqui, novamente, a palavra é empregada em diferentes contextos – como terror de estado, terrorismo internacional, guerrilha, *freedom fighter*, atos terroristas isolados e até mesmo inexplicados ou elíptico do ponto de vista político. Me interessou, no entanto o fato de os autores terem empregado o termo em suas obras. Na leitura desses textos, meu olhar está voltado para o que eles dizem a respeito do estado e dos diversos usos da violência; e sua profunda e intrincada relação com a cultura contemporânea. Serão esses autores capazes de contar uma história mais complicada do terrorismo, e de seu imbricamento nas várias narrativas culturais e políticas maiores de nosso tempo?

Ronell Avital (1992) escreveu que a palavra “terrorismo” funciona como um “parasita” da linguagem, possuindo uma enorme ressonância que ameaça sobrecarregar nossas estruturas interpretativas de compreensão (p.15). O terrorismo é “diferente, dramático, e potencialmente violento. Frequentemente acontece ao longo de determinado período de tempo, ocorre em lugares exóticos, oferece uma confrontação clara, envolve personagens bizarros, e é politicamente digno de nota.”(FARNEN, 1990, p.111). Não surpreende, portanto, que o terrorista exerça fascinação e figure como personagem em textos de vários ficcionistas, na contemporaneidade, a ponto de ser obsessão de alguns escritores, como Don DeLillo: seu personagem William Gray chega a sugerir que o terrorista usurpou o papel na consciência pública antes ocupado pelo romancista –

Years ago I used to think it was possible for a novelist to alter the inner life of culture. Now, bomb-makers and gunmen have taken that territory. They make raids on human consciousness. (in Mao II, p.41)

– nos remetendo para o fato de que atos terroristas, ao circularem na mídia mundial, competem com outros “textos”, dividindo a aten-

ção de um público cada vez mais midiático. Os estudiosos do assunto freqüentemente aludem ao terrorismo como “teatro”, visto que seu alvo não são propriamente as vítimas e sim a platéia:

Terrorist attacks are often carefully choreographed to attract the attention of the electronic media and the international Press. [...] Terrorism is aimed at the people watching not at the actual victims. Terrorism is theater. (JENKINS, *apud* COOPER, 1995, p. 145)

O caso mais patente é o do próprio DeLillo, prolífero romancista estadunidense em cujas obras aparecem, de forma até obsessiva, personagens terroristas. Mas, pelo que essas obras demonstram em comum, irei me deter em dois romances onde o “terrorista” aparece ora como adversário, ora como duplo ou co-conspirador do escritor: o romance *Operation Shylock*, de Philip Roth, em que o terrorista é duplo, ou melhor, impostor, do personagem escritor; e *Pessach*, de Carlos Heitor Cony, cujo protagonista, também escritor, encontra na figura do guerrilheiro tanto um adversário quanto um mediador, em seu processo de conscientização política.

Além da referência, em ambos os textos, ao fato de seus protagonistas serem “judeus assimilados”, outro elemento digno de nota é ambos se encontrarem em um momento de travessia (por sinal, subtítulo da obra de Cony). Os romances de Roth e Cony emprestam-se a discussões sobre o papel da literatura, sendo possível traçarmos um paralelo entre a história da diáspora judaica, tematizada com freqüência em ambas as obras, e a decisão (pessoal e coletiva) final a que terão que chegar seus protagonistas.

No romance de Cony, o escritor Paulo, através de uma série de “equivocos e acasos” (p. 155), e também devido a uma passividade que ele mesmo não consegue explicar, vai parar em um campo de treinamento de um grupo engajado na luta armada durante a ditadura militar, onde torna-se “misto de prisioneiro e conspirador” (p.175). Seu processo rumo a finalmente pegar em armas é marcado por confrontações com o líder, Macedo, lembrando o personagem Pipik, de *Operation Shylock*, do escritor

norte-americano, que vai tomando todas as coisas pertencentes ao protagonista escritor “Philip Roth”⁶ – só que, no caso extremo do romance de Roth, o “terrorista” rouba-lhe o nome, e suas ações passam a ser atribuídas ao “verdadeiro” Philip Roth. À maneira de “Philip Roth”, Paulo, o protagonista escritor de Cony, também, por alguma razão inexplicável, em vez de buscar desfazer a série de equivocos, aceita o jogo (ou “brincadeira”, como diz ele) que lhe é oferecido.

Operation Shylock (1993) não podia ser mais contemporâneo, pois traz à baila o conflito entre palestinos e israelenses. Se hoje o islamismo está fortemente identificado com terrorismo, em um passado recente esse tipo de identificação já ocorria com os palestinos. A explicação histórica para isso é o fato de a OLP (Organização pela Libertação da Palestina), a partir da década de 70, e durante a década de 80, ter sido o agente mais visível de resistência armada da palestina.⁷ Apesar de Roth ter publicado seu romance no início da década de 90, é importante lembrarmos que a *fatwa* do aiatolá, em 1989, e a invasão do Kuwait pelo Iraque, no final da década de 90, reacenderam o sentimento anti-árabe no imaginário popular, através da mídia.

O interessante a ser notado é a maneira como o autor entretece conflito político com questões de identidade e atuação, lançando mão, ao mesmo tempo, da fórmula do *thriller* de espionagem. O “terrorista”, no romance de Roth, aparece, primeiramente, como um fã inoportuno porém inofensivo do protagonista escritor “Philip Roth”, para assumir proporções ameaçadoras, como seu *doppelgänger*. “He is my terrorist for life!”, diz o personagem sobre seu impostor, a quem ele apelida de Moishe Pipik.

⁶ Deste ponto em diante, empregarei aspas sempre que quiser me referir ao personagem, em oposição ao autor homônimo.

⁷ A OLP consta na lista das organizações terroristas do Departamento de Estado dos EUA, embora sua descrição venha com o adendo “organização guarda-chuva constituída por vários grupos e indivíduos com diferentes visões sobre terrorismo”. cf. *Patterns of Global Terrorism: 1990. Appendix C: Background Information of Major Groups Discussed in the Report*. U.S. Department of State. *Terrorism*, v. 14, pp. 253-278, 1991.

Pipik⁸ advoga o retorno dos cidadãos israelenses de ascendência européia a seus países de origem, a fim de evitar um segundo holocausto, desta vez no Oriente. Assumindo para si essa responsabilidade, ele resolve apropriar-se da *persona* pública do escritor “Philip Roth”; *persona* esta que ele considera mal-explorada, já que “Roth” não é afeito a aparições públicas, e é apolítico. “Philip Roth”, por sua vez, embora ache a agenda política de seu rival ridícula, apresenta um questionamento freqüentemente presente no imaginário dos ficcionistas: até que ponto as palavras, além de construírem histórias, têm o poder da *atuação*? “*I AM THE YOU THAT IS NOT WORDS*” (p. 87 – ênfase do autor), escreve Pipik para “Roth”. O problema com os escritores, provoca ainda Pipik, é eles acharem que “é *tudo* faz de conta” (p. 200 – ênfase do autor).

“Roth”, por outro lado, deseja que a palavra escrita seja ao mesmo tempo uma maneira de aplacar seus próprios temores e de afastar a violência: “...I looked to print to subjugate my fears and keep the world from falling apart” (p. 321). No entanto, os leitores, os críticos e seus entrevistadores cobram-lhe constantemente uma reflexão sobre o papel do escritor, cobrança essa que inclui usar sua obra em prol da comunidade judaica e do estado de Israel. Por exemplo: Ziad, seu amigo do tempo de faculdade, e possivelmente um revolucionário ou terrorista, acreditando ser “Roth” o proponente do Diasporismo pregado por Pipik, propõe levá-lo a Atenas, para um encontro com Yassir Arafat – não (passem) para discutirem política, mas para serem fotografados juntos (a imagem na mídia é tudo)! “...[I]n the public-relations battle with the Jews, which well might decide more in the end than all of the terrorism would, a photograph in *Time* with a celebrity Jew might just be worth ten seconds of the leader’s precious time”, reflete o escritor ficcional, completando seu pensamento com a frase: “Mitterand has Styron, Castro has Márquez, Ortega has Pinter, and Arafat is about to have me”(p. 164). Esse último comentário possui relevância especial, no sentido de apontar para a

⁸ Optei por empregar o apelido Pipik para distinguir o impostor de “Philip Roth”, alter-ego do escritor Philip Roth.

importância do papel dos intelectuais de esquerda cujas posições políticas têm obtido repercussão na mídia. Com seu humor característico – que não deixa de tematizar, no entanto, a enorme influência do trabalho de Chomsky como pensador de esquerda – Roth escreve que a possibilidade de seu nome aparecer vinculado ao de Arafat valerá mais do que “mil Chomskys”: “Yes, they have a great catch in you, Mr. Roth. A Jewish Jesse Jackson – worth a thousand Chomskys” (p. 144)

Para o/a leitor/a que estiver curiosa: o encontro entre “Philip Roth” e “Yassir Arafat” acontece de fato (na ficção). Embora o escritor jamais consiga achar uma explicação para o fato de ter assumido, finalmente, a identidade de seu impostor, ele concorda em ir ao encontro de Arafat. No entanto – e aqui o verdadeiro Philip Roth, em estilo bem pós-moderno, se compraz em frustrar nossas expectativas –, embora “Philip Roth” acabe publicando as memórias de suas aventuras em Jerusalém, o Capítulo 11 – “Operation Shylock” –, sobre o encontro com o líder palestino é suprimido, a pedido do misterioso agente Smilesburger. Quais os motivos para a supressão? Os mesmos encontrados em qualquer romance de espionagem: perigo para o estado de Israel e para os agentes envolvidos, perigo da existência de agentes duplos, o poder da organização de punir aqueles que traem sua confiança etc.

Mais digno de nota talvez seja a pergunta de “Roth” para Smilesburger – que tematiza o incidente real, da *fatwa* de Khomeini ao escritor Salman Rushdie por seus *Satanic Verses*, levantando, ao mesmo tempo, a questão da censura (já que a sugestão de supressão do capítulo “Operation Shylock” seria uma forma de censura) –, “Will the Mossad put a contract on me the way the Ayatollah did with Rushdie?”(p.383). Desde 14 de fevereiro de 1989, quando o Aiatolá Khomeini decretou *fatwa* contra Rushdie, tornou-se impossível pensar em escritores e terroristas sem (re)lembrar a existência do terrorismo de estado. A enorme repercussão na mídia internacional, e as conseqüências para Rushdie, tornaram-se exemplos do encontro contundente entre a ficção política contemporânea e a violência política de fato. Smilesburger

lembra a “Roth” sua dívida com os judeus, em uma referência explícita à insatisfação da comunidade com as obras do verdadeiro Philip Roth (por considerá-lo anti-sionista, e que seus romances repletos de figuras autobiográficas depreciam o judeu) – trazendo à tona, ao mesmo tempo, a antiga rivalidade entre judeus e palestinos:

[The Jews have suppressed] [t]he very strong desire to pick up a stick and knock your teeth down your throat. Yet in forty years nobody’s done it. Because they are Jews and *you are a writer*, they give you prizes and honorary degrees instead. Not exactly how his kind have rewarded Rushdie. (p. 388 – ênfase minha)

O reconhecimento de que sua condição de judeu e sua atividade de escritor estão inexoravelmente ligadas – não apenas em sua própria mente, mas na mente dos outros – faz com que “Roth” decida publicar seu livro suprimindo o capítulo comprometedor. Ironicamente, sua atuação como herói só pode ocorrer *fora* da ficção; e, outra ironia, a única parte de sua obra que poderia documentá-lo como agente da história está ausente. Essa decisão pela elipse nos leva a refletir sobre o papel do escritor, e ao comentário do personagem (também escritor) de DeLillo, citada acima, de que o terrorista usurpou o papel do escritor. Resta a este construir-se como herói na ficção – uma vez que Roth cria um alter-ego para atuar como herói na história – que é “impedido”, no entanto, de contar que papel teria desempenhado o escritor “de fato”, comprovando que, se o autor é o cérebro por trás da narrativa ficcional, o terrorista é o “cérebro das operações” na vida real.

O escritor ficcional, em *Pessach*, também demonstrara, no início de sua carreira, o desejo de ser herói na vida real: “Não quero morrer de velhice ou de moléstia”, escrevera Paulo em seu livro de estréia; “[a]ntes que a vida me insulte, eu insultarei a vida: me engajo numa luta [...] e a ela me entrego com ferocidade. Talvez consiga ser herói”. (p. 36) Por outro lado, o “cérebro das operações” (p. 9), no romance de Cony, é, em primeira instância,

alusão ao coronel que comandara o batalhão em que o protagonista servira durante o serviço militar. Mas para Paulo, o coronel e Sílvio, seu amigo que “...se meteu a salvar o país” (p. 7), são intercambiáveis: “‘A Pátria exige sacrifícios de nós’! A frase que posso ouvir novamente, vinte anos depois, da boca de Sílvio. [...] Tanto o coronel como Sílvio são patriotas, à sua maneira. Eu continuo o mesmo: sozinho.” (p. 15). Em plena época da ditadura militar, e das patrulhas ideológicas, sua postura apolítica e sua produção, que ele considera “subliteratura”, incomodam Sílvio –

Você se corrompeu, Paulo! Olha os livros que você tem, e o que é pior, os livros que você escreve! Adúlteras, homens angustiados: tudo isso fede a mofo, a século passado. Você se perdeu à toa! [...] Acho você, como escritor, irrecoverável. [...] O que talvez possa ser recuperado é o homem que ainda resta em você. (pp. 25-26)

– que o lhe faz uma visita, no dia do seu aniversário de quarenta anos, a fim de convencê-lo a ingressar na luta armada:

Pois venho propor o meu caminho, que pode ser o nosso caminho: numa palavra simples, pequena e perigosa, a luta. [...] Ou faremos alguma coisa de concreto contra isso que aí está, ou seremos cúmplices passivos ou ativos do aviltamento que a ditadura instalou. [...] Chegou-se à conclusão de que sem algum derramamento de sangue não haverá solução. [...] Pois bem, a hora chegou. [...] Nós sabemos que você sabe atirar. Precisamos de homens como você, que tiveram um rudimento de preparo militar. (pp. 30-31)

A postura de Paulo, nesse sentido, é oposta à de “Philip Roth”: ele afirma, logo de início, não haver qualquer relação entre o escritor e aquilo que escreve: “Não tenho nada com o que escrevo. Não me misture com os meus livros.” (p. 35).

Da mesma maneira como se nega ao engajamento político, Paulo – diferentemente de “Philip Roth” – nega sua origem judaica: “Não sou judeu, Sílvio. Meu pai é bastante diluído e totalmente assimilado” (p. 38). No entanto, nessa sua travessia dos

quarenta anos, Paulo Simões – originalmente Paulo Goldberg Simon – cogita que talvez tenha chegado a hora de descer a fundo no projeto que o persegue há tempos: o de “escrever a crônica de um judeu assimilado que não teve coragem de retornar às origens, nem covardia bastante para continuar escondido” (p. 15). *Pessach* representa uma série de travessias, internas e externas, através de paralelos com a própria história da diáspora do povo judeu. Se a diáspora, em *Operação Shylock*, traz à tona velhas questões como o conflito entre judeus e palestinos, a obra de Cony traz para um contexto brasileiro dos anos 60 a questão da opressão do cidadão pelo estado, e tem como pano de fundo referências da época, como a tortura de prisioneiros políticos, o envolvimento da CIA nas ditaduras da América Latina, a bomba jogada na embaixada dos EUA (a história se passa antes do seqüestro do embaixador) e a guerra do Vietnã.

À medida em que vai se envolvendo, a princípio contra sua vontade, com a facção revolucionária a que Sílvio pertence, Paulo vai fazendo o contraponto do contexto histórico brasileiro com o êxodo dos judeus, a passagem, a travessia que “[repudia] o cativo, a passividade escrava, o grilhão” (p. 88). Neste sentido, *Pessach* – o projeto do livro dentro do livro – é uma alegoria nacional, uma vez que, ao propor-se a narrar a fuga do povo hebreu, a geração que preferiu a fome e a morte no deserto a continuar escrava dos egípcios, o escritor ficcional narra, alegoricamente, as lutas de libertação na América Latina. De maneira similar, à medida que se propõe a não mais fugir de ser judeu, o protagonista não pode mais negar-se a de ser um escritor inserido em seu momento histórico.

Vale ressaltar, ainda, um outro dado relevante, que contribui para a reflexão sobre o paralelo estabelecido no texto entre as duas histórias sobre regimes de opressão: a paranóia do pai de Paulo, que contém ecos dos temores de Pipik de um novo holocausto: ele espera o terror (não percebe que ele já se instaurou), alegando que primeiro é a caça aos comunistas, depois vêm a perseguição aos judeus. O personagem ecoa as reflexões sobre o conceito de barbárie, discutidas por Chauí (2002); qual seja, a

necessidade de se criar sempre um Outro, interno ou externo à cultura em questão, como justificativa para perpetuar os regimes de força:

No momento, [o governo] pensa em exterminar os comunistas. Um dia, os comunistas estarão exterminados e como é que uma ditadura se mantém sem a existência de um inimigo interno para exterminar? Esse inimigo interno, que sempre serve de pretexto para justificar os regimes de força, é o judeu. (p. 90)

Sendo assim, o “terror”, em *Pessach*, vem de cima, não de baixo. Mesmo assim, o livro de Cony narra como a esquerda encontrava-se dividida. Por exemplo, o texto sugere que a personagem Vera encontra-se engajada na guerrilha urbana, diretamente envolvida com os atentados ocorrendo em diversas cidades; mas Sílvio e Macedo são contra essa forma de coerção: “o anarquismo é condenado em teoria e prática” (p. 251). Assim resume a situação de fragmentação o capitão encarregado de uma unidade no Rio Grande do Sul: “[...]perdemos o controle de alguns escalões, o atentado de Recife é prova disso, somos favoráveis à luta, não ao terror “ (p. 271).

O divisor de águas (para ficarmos dentro do contexto judaico-cristão) da travessia de Paulo é representado pela chegada do protagonista à fazenda que serve de campo de treinamento dos guerrilheiros, onde vai parar por acaso, após ajudar a transportar um dos companheiros feridos de Sílvio, e de dar carona para Vera, a guerrilheira urbana por quem sente-se atraído. Assim como “Philip Roth” ficara refém de seu impostor, Paulo torna-se prisioneiro de Macedo, o líder dos revolucionários, sob a alegação de “medida de cautela”. Ele agora é o homem que sabia demais: “Você agora sabe o mapa da mina e isso o torna perigoso”, diz Macedo (p. 160). Como “Roth”, Paulo adapta-se à sua nova situação, apesar de, como o personagem do autor norte-americano, perguntar-se continuamente as razões pelas quais não tentara reverter o quadro que se instalou: “É certo: eu cooperara, desde o início, com a engrenagem que me tragava. Se realmente

repelisse aquilo, teria encontrado o meio e o modo de dar o fora [...]Desde o início que podia ter evitado tudo.” (p. 233) Em vez disso, contudo, ele pede uma mesa e uma cadeira, a fim de que possa escrever um texto de encomenda para uma editora – texto este que nunca chega a ser escrito. Ao invés, ele prepara-se para retomar seu projeto adiado, *Pessach*.

Durante o envolvimento, mesmo que involuntário, de Paulo com os *freedom fighters*, Macedo, apesar de não se apropriar da *persona* do escritor com a finalidade de pregar sua verdade política, leva-o num *tour* da fazenda que serve como campo de treinamento, instigando-o a escrever um livro sobre tudo o que vê: “Você tem um bom material para um romance” (p. 182). Ademais, costuma ler o que Paulo escreve, nas horas vagas, oferecendo palpites. Ao contrário de Pipik, que se apropria do nome de seu rival para espalhar sua mensagem, Macedo serve como mediador da palavra do próprio “autor”. Embora não roube sua identidade, como Pipik faz com “Roth”, Macedo a desestabiliza. Paulo, por sua vez – embora afirme que odeia o “terrorista” (que podemos ler aqui como uma espécie de “rival” do escritor: o homem que age *versus* o homem que escreve, por assim dizer) –, ao ser designado para a frente de combate, opta por lutar ao lado de Macedo. Importante a ser apontado, no que se refere ao movimento de atração e repúdio entre os dois homens, portanto, é como a figura do homem de ação, Macedo, funciona como mediadora no rito de passagem de Paulo. E aqui cabe ressaltar outro paralelo importante na alegoria apontada acima: entre Moisés, o líder do povo hebreu, e Macedo. Após uma de suas leituras do texto de Paulo, Macedo comenta: “Pelo que li até agora, você pode enquadrar Moisés como um individualista. Outros líderes também foram individualistas. [...]Mas, no meu entender, o individualismo pode, no máximo, ser um estágio anterior à luta” (p. 232), comentário este que serve para marcar o movimento do protagonista do individual para o coletivo.

Vemos que, nos dois romances abordados, além de os dois escritores ficcionais serem inicialmente apolíticos, e “judeus assimilados” à cultura de seus respectivos países, existe a mesma

tensão entre *escrever* e *atuar politicamente*. Contudo, ao contrário do escritor “Philip Roth”, o escritor Paulo jamais concluirá sua obra: “[...] o romance que – agora sei – não terei vontade nem tempo para escrever” (p. 218) é abandonado, e ele “vai à luta”.

Nas duas obras, fica muito clara a reavaliação que os personagens, duplos de seus autores, são obrigados a fazer sobre o papel político do intelectual e sobre os efeitos da palavra escrita. A confrontação com essas questões os levam, através de diferentes tomadas de decisão, ao engajamento político do qual vinham fugindo. Ambos os romances levantam questões cruciais sobre como grupos ou indivíduos respondem a esse tipo de confrontação, e como a violência e a intolerância encontram-se imbricadas no tecido social e cultural que nos cerca. A presença da violência oferece, ao mesmo tempo, a oportunidade de se reavaliar as diferentes feições do terrorismo e nossas concepções a seu respeito. Em grande parte, essa reflexão irá depender do contexto histórico, político, social e econômico que está sendo retratado; e, principalmente, abre-se para a possibilidade de se discutir como os conceitos de terrorismo são afetados pelas maneiras como os governos definem seus interesses, interesses esses que irão determinar o emprego (ou o abandono) de rótulos, de acordo com a conveniência política. O interessante a ser notado, nas duas obras analisadas, é a presença do “terrorista” como figura mediadora, como o “cérebro das operações” desse processo, sugerindo uma aproximação entre a trama do romance e a trama terrorista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAUÍ, Marilena. Fundamentalismos ou o Poder Teológico-político. Trabalho apresentado durante o ciclo de palestras “Civilização e Barbárie”. Coord. Adauto Novaes. Rio de Janeiro, Espaço Maison de France, 2 de setembro de 2002.
- COOPER, H.H.A. Terrorism and the Media. In ALEXANDER, Yonah & FINGER, Seymour Maxwell, eds. *Terrorism: Interdisciplinary*

- Perspectives*. New York: CUNY & New York: SUNY; The John Grey Press, NY & McGraw Hill Book Company, UK, 1977, pp. 141-156.
- CHOMSKY, Noam. Terrorism Works. *Al-Ahram Weekly Online*, n. 558, pp. 1- 7, Nov. 2001. Disponível em <http://www.ahram.org.eg/weekly/2001/558/1war.htm> Acessado em 27/02/2002.
- CONY, Carlos Heitor. *Pessach: a travessia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1967.
- CRENSHAW, Martha. *Terrorism in Context*. Pennsylvania State U P, 1995.
- DeLILLO, Don. *Mao II*. New York: Penguin Books, 1991.
- DOWLING, Ralph E. Victimage and Mortification: Terrorism and Its Coverage in the Media. *Terrorism*, v. 12, n. 1, pp. 47-59, 1989.
- FARNEN, Russel F. Terrorism and the Mass Media: A Systemic Analysis of a Symbiotic Process. *Terrorism*, v. 13, n. 2, pp. 99-123, 1990.
- HOFFMAN, Bruce. *Inside Terrorism*. London: Indigo, 1998.
- LAQUEUR, Walter. *The Age of Terrorism*. Boston: Little, Brown, 1987.
- LYOTARD, François. Universal History and Cultural Differences [Histoire universelle et differences culturelles]. Trad. David Macey. *Critique*, v. 456, pp. 559-568, 1981.
- _____. *The Lyotard Reader*. Ed. Andrew Benjamin. Oxford: Blackwell, 1989.
- MARIGHELA, Carlos. [Minimanual do guerrilheiro urbano] *Minimanual of the Urban Guerrilla*. Introd., nova trad. & bibliografia de Gene Hanrahan. Chapel Hill, NC: Documentary Publications, 1985. 1ª ed. e trad. em MALLIN, J. *Terror and Urban Guerilla*. Coral Gables, FLA:U of Miami P, 1971.
- ROTH, Philip. *Operation Shylock*. New York: Vintage [Random House], 1993.
- RUSHDIE, Salman. *The Satanic Verses*. New York: Picador, 1988.

- SIVARAMAN, Satya. America Guilty of Terrorism: Chomsky. Cobertura da palestra de Chomsky durante o *World Social Forum*, realizado em Porto Alegre, em fevereiro de 2002. *Dawn online*, 4 Feb., 2002. Disponível em www.dawn.com/2002/02/04/int10.htm Acessado em 27/02/02.
- STAMM, Robert & SHOHART, Ella. Contested Histories: Eurocentrism, Multiculturalism, and the Media. In GOLDBERG, David Theo, ed. *Multiculturalism; a critical reader*. Oxford, UK & Cambridge, USA: Blackwell, 1994, pp. 296-323.
- THORNTON, Thomas Perry. Terror as a Weapon of Political Agitation. In *Internal War: Problems and Approaches*. In ECKSTEIN, Harry, ed. New York: Free Press, 1964, pp. 71-99.
- WHITTAKER, David J., ed. *The Terrorism Reader*. London & New York: Routledge, 2001.
- ZULAIKA, Joseba & DOUGLASS, William. *Terror and Taboo: The follies, Fables, and Faces of Terror*. New York: Routledge, 1996.